

Digital Object Identifier (DOI): 10.38087/2595.8801.66

EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-A.E. E: Uma Escola INCLUSIVA?

***Gabriel César Dias Lopes**

RESUMO

O presente artigo discute sobre os avanços da educação inclusiva ao longo dos anos como algo de suma importância, por isso fez-se necessário compreender quais os entraves existentes na promoção do atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas de ensino regular ofertados para os educandos com necessidades especiais. A partir de pesquisas bibliográficas a temática foi fundamentando teoricamente as discussões. A partir dessa pesquisa, observa-se que a interação entre os docentes do ensino regular e do AEE ainda não acontece efetivamente, como também o número de educadores com formação na área para atuar em salas de recursos multifuncionais é muito baixo, implicando na oferta de qualidade desse serviço, que fica à mercê das indagações funcionais. Acredita-se que a educação inclusiva na perspectiva da educação especial assume na atualidade um importante papel de transformação da escola tradicional excludente, em lugar acolhedor para todos.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado-A.E.E.

ABSTRACT

This article discusses the advances in inclusive education over the years as something of paramount importance, so it was necessary to understand what obstacles exist in the promotion of specialized educational assistance (AEE) in regular schools offered to students with special needs. special needs. Based on bibliographic researches, the theme was analyzed in detail, theoretically grounding the discussions. From this research, it is observed that the interaction between teachers of regular education and AEE still does not happen effectively, as well as the number of educators trained in the area to work in the multifunctional resource rooms it is very low, implying the offer of quality of this service, which is at the mercy of functional inquiries. It is believed that inclusive education in the perspective of special education currently assumes an important role in transforming the traditional school, excluding it, in a welcoming place for all.

Keywords: Inclusive Education. Special education; Specialized Educational Service- A.E.E

RESUMEN

Este artículo analiza los avances en la educación inclusiva a lo largo de los años como algo de suma importancia, por lo que fue necesario comprender qué obstáculos existen en la promoción de la asistencia educativa especializada (AEE) en las escuelas regulares ofrecidas a estudiantes con necesidades especiales. necesidades especiales Con base en investigaciones bibliográficas, el tema fue analizado en detalle, fundamentando teóricamente las discusiones. A partir de esta investigación, se observa que la interacción entre los docentes de educación regular y AEE todavía no ocurre de manera efectiva, así como el número de educadores capacitados en el área para trabajar en las salas de recursos multifuncionales, es muy baja, lo que implica la oferta de calidad de este servicio, que está a merced de consultas funcionales. Se cree que la educación inclusiva desde la perspectiva de la educación especial en la actualidad asume un papel importante en la transformación de la escuela tradicional excluyente, en un lugar acogedor para todos.

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación especial; Servicio Educativo Especializado-A.E.E.

***Gabriel César Dias Lopes** é Ph.D é Graduado em: Teologia, Direito, Administração e Recursos Humanos, MBA em Marketing e Gestão Estratégica, Pós-Graduado em Psicanálise, Coordenador do Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Psicanálise Clínica da FABIC, Mestre em Educação, Mestre em Administração, Doutor em Educação e um Ph.D em Psicanálise. Membro da International Special Court of Arbitration and Human Rights - Registro: ISCAHRGCDL-17/11n2016, Membro da Comissão Científica da Olympus Intellectual Center, Atenas (Grecia), Presidente da LUI - Logos University International.

INTRODUÇÃO

Atualmente acontecem inúmeros debates sobre a educação especial. As políticas públicas intensificam por meio de leis, o acesso e permanência de todos nas instituições de ensino, sendo discutido no Brasil por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988 que legitima os direitos sócias, a pensar de haver indícios sobre a forma excludente do tipo de educação ofertada a alguns.

A dialética que envolve a temática da educação inclusiva contemporânea na construção de uma escola para todos, implica no reconhecimento de que tais propostas de inclusão se iniciaram a partir de movimentos internacionais, entre eles, o que foi projetado através das pessoas que se tornaram deficientes após a fase da pós- Segunda Guerra Mundial.

Visando a inclusão a inclusão social dessas pessoas após os horrores vivenciados na guerra devido à violência física e psicológicas sofridas, as inquietações sobre a garantias dos direitos inclusivos dos mesmos, assumem um novo olhar para o reconhecimento e acolhimento dessas pessoas, que só não necessitavam de apoio econômico e material, mas de ações inclusivas por meio de uma educação acolhedora.

Percebe-se que inicialmente a ação inclusiva nesse período assumiu um caráter político, de justiça social, onde buscava-se alcançar todos os marginalizados da sociedade pautando-se numa educação, onde a escola integrasse a todos de acordo com a suas necessidades e possibilidades. É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização dos seus sonhos e objetivos.

Quase meio século depois, nos anos noventa, ainda no cenário internacional vislumbra-se a criação de documento que visam promover a inclusão social na esfera educacional a nível mundial, entre eles, surge em 1994 a Declaração de Salamanca, documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial e destacou-se como um dos documentos, visando à inclusão social no sentido de aprimorar essa ideologia a um conceito mais amplo de inclusão na perspectiva das pessoas com necessidades especiais.

A relevância do tema investigado assume uma visão importante dentro da educação inclusiva, onde por meio desta vertente procurou-se analisar quais os entraves ainda existentes na educação inclusiva durante a oferta do AEE aos alunos especiais na rede regular de ensino? Visando dialogar sobre tal inquietação levantou-se as seguintes hipóteses sobre a problemática, a integração entre professores do AEE e da classe regular deverá acontecer para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem ofertada no serviço, o aperfeiçoamento de formação continuada do educador que atua no AEE frente as especificidades dos alunos deverá ser algo contínuo, e pôr fim a análise se as salas de recurso multifuncionais tem contribuído de fato para a aprendizagem dos alunos especiais na sala regular.

Com o surgimento da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva em 2008 começa as transformações, mediante ao contexto atual na perspectiva de inclusão onde, os paradigmas que envolvem essas dialéticas orientam o sistema nacional de educação brasileira que é apresentado em forma de diretrizes, fazendo também parte delas o Atendimento Educacional Especializado.

O reconhecimento da educação inclusiva na modalidade de educação especial vem mostrando-se cada vez mais importante na sociedade dialética, que nas novas conquistas internacionais e implementadas nacionalmente, assume um papel transformador no cenário educacional, que se constitui sobre as amarras da exclusão tendo como instrumento de difusão o

atendimento educacional especializado nas escolas regulares de ensino, que contribuiu para o cumprimento de que a escola se torne um lugar de todos.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é compreender os entraves existentes na educação inclusiva na perspectiva da escola para todos, sobre a dialética do atendimento educacional especializado ofertado na rede regular de ensino das escolas brasileiras. Com isso, preparou-se pela perspectiva na oferta do AEE nas escolas de ensino, inferindo sobre a importância da avaliação como forma de integração entre os docentes da escola regular que oferta o atendimento educacional especializado, bem como na verificação da relevância da formação continuada dos educadores que atuam no mesmo e ainda identificação de que salas multifuncionais tem contribuído para aprendizagem dos alunos especiais inseridos na escola regular.

Diante estes aspectos, justifica-se a escolha da temática como objeto de estudo do artigo, porque acredita-se que a educação inclusiva na perspectiva da educação especial assume na atualidade um importante papel de transformação da escola tradicional excludente, em um lugar acolhedor para todos.

A sociedade precisa urgentemente conhecer as leis voltadas a educação especial, bem como sua funcionalidade, e que assegura a pessoa com necessidades especiais, a inserção no meio em que se convive caminhando rumo a desconstrução dos entraves que permitam a ignorância sobre a dialética. Sendo assim, ciente dessa nova ideologia faz-se necessário ressaltar a maior importância desse estudo como meio de contribuição para ampliação de novos conhecimentos frente a discussões apresentadas sobre o tema, ratificando que a inclusão se dar por meio da interação dos alunos assistidos pelo AEE na classe comum de ensino regular.

2 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os paradigmas que envolvem a ação humana ao longo dos anos na história da educação apresentam um caráter ignorante e obscuro, com a exclusão dos indivíduos que estavam a margem da classe dominadora da época. Silva (2003) enfatiza que, no que tange a vida das pessoas com deficiência, tão precisamente na idade antiga em alguns lugares da antiga Grécia as pessoas, as crianças nascidas fora dos padrões sociais ou

deficientes eram abandonadas ou sacrificadas, o corpo não poderia apresentar “deformações” “tinha que estar apto para atividades sociais como a guerra e arte.

Já na idade média, a autora aponta que a questão da deficiência assume um olhar vinculado a religiosidade, ora o indivíduo era protegido tratado como escolhido de Deus, ou então, tidos como possuídos pelo demônio iniciado assim a segregação em espaços afastados da sociedade. Silva (2003) observa que no século XVII a ideia de segregação e mantida com o isolamento dessas pessoas, apresentando um cenário desumano e precário nesses locais, sem nenhum atendimento voltado ao cuidado a essas pessoas.

E assim no século seguinte XVIII, a visão sobre as mesmas não apresentavam alterações significantes. Como afirma a autora, [...], Se reconhece que a vida na instituição era desumanizadora, afetava a autoestima, tornava os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, os tratamentos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada. (SILVA, 2003, p.7).

A questão dialética da temática da pessoa deficiente é ainda apresentada pela autora como um grande salto no Iluminismo, período da história humana em que a razão passa ser objeto de estudo de diversos teóricos da época, nesse momento iniciasse a ideia científica, que a pessoa necessita de um tratamento na área médica, e isso ocorreria nos hospitais psiquiátricos criados a partir desse período, sem distinções de patologias para as internações. Todavia para ela, o marco inicial da história da educação especial, é mantido por Jean Itard médico francês que foi o precursor da mesma, com a experiência vivenciada, com o “Menino Selvagem” que abriu o caminho para estudo nessa área e tudo a partir de suas experiências.

Por meio desta pesquisa, inicia-se a valorização das ações educativas e ao desejo da pessoa. A história da educação nacional, em relação a oferta e promoção dela deu-se de forma excludente e elitista, como nas demais sociedades citadas anteriormente, onde ficavam a margem do convívio social, os negros, índios, pobres e pessoas com necessidades especiais, público alvo desse artigo.

Só em 1984, não fugindo dos dilemas e discriminações sociais que as pessoas com deficiência sofreram ao longo dos anos a nível mundial, que não se difere dos enfrentados no Brasil, e que na presente data, e fundada a primeira escola especial, o Instituto Benjamin Constant para cegos no país. A fundação do Instituto foi um marco importante no contexto histórico brasileiro, onde houve uma inserção da pessoa com deficiência nesta

época na sociedade por meio do ensino, porém mantinha-se ainda o caráter segregacionista, funcionando como um internato.

Nos anos 70, ainda se arrasta no cenário brasileiro o ato excludente da pessoa com deficiência, porque, apesar de avançar socialmente com o surgimento da visão de normalizar a vida das mesmas, e expandir os recursos educacionais para essa prática, ainda assumia-se um caráter segregacionista. Nas instituições que iam surgindo com influência da sociedade Pestalozzi, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) instituições filantrópicas, sem apoio governamental que eclode nesse contexto, em defesa destes indivíduos que proliferaram as classes de educação especial com a ideia de integrá-las a vida social e escolar.

As inquietações que foram surgindo paralelamente à nova visão integracionista dos indivíduos deficientes nos anos 80, vislumbra-se que mesmo com as primeiras ideias de inclusão, referidas em alguns eventos internacionais, entre eles, a Declaração Mundial de Educação para todos na Tailândia em 1990, que foi organizada pela UNESCO e onde foi elaborado um documento que garantiria a educação como um direito de todos sem restrições, e quatro anos mais tarde a Declaração de Salamanca, documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial e destacou-se como um dos documentos principais que visam a inclusão social.

No Brasil as influências internacionais também deram amparo para que a educação brasileira tornasse um direito de todos inclusive, das pessoas com necessidades especiais, e isso culmina-se com a criação da lei de diretrizes e Bases (LDB), voltada ao apoio desses indivíduos nas unidades regulares quando solicitado o atendimento especializado a clientela descrita no documento, que também pauta-se na Constituição Federal de 1988, como afirma Mantoan(2000):

A Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (MANTOAN, 2003, p.22).

Apesar da ideia de inclusão no Brasil divergir de movimentos internacionais, fica explícito na concepção da autora onde se percebe, na redação da Constituição Federal de 1988, já se fazia menção da educação como direitos de todos sem distinção para qualquer

peessoa, ofertando-lhes as mesmas oportunidades escolares para inserção dos direitos de cidadãos, a autora ainda dialoga o conceito de inclusão que vem sendo adquirido, e que é objeto de diversas discussões ao longo dos anos no ambiente educacional, onde diante desta vertente incluir trata-se do ato da valorização da diversidade sem aceção de pessoas.

A inclusão é um processo contínuo que se inseriu na sociedade por meio de luta e reflexão a igualdade de todas etnias, sendo a educação parte importante do cenário social em todas as épocas da história da sociedade, percebe-se que é de importantíssima relevância educar para que todos tenham direitos iguais como estabelece as leis vigentes e reformuladas.

Nesse contexto Mantoan (2003,p.53), também enfatiza a importância da inclusão na escola. A escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhe proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural.

A visão contemporânea da escola como um lugar que inclui o indivíduo é nítida nessa afirmação da autora, que menciona no texto uma escola que integra e respeita as diversidades dos educandos, aprimorando suas especificidades de forma concreta, objetiva, para que se desenvolva no outro o ser social. Nessa perspectiva perde-se a visão errada de dividir o ensino em especial e regular, e foca-se no desenvolvimento da aprendizagem com práticas significativas e acessíveis a alunos inclusos na escola para todos ratificada no significado da palavra inclusão, que é objeto de tantas inquietações sobre a sua efetuação na sociedade moderna.

Para Mantoan. (2003):

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN,2003, P.31).

A ideologia exposta pela autora na afirmativa permite que se questione que não basta apenas incluir os alunos nas instituições de ensino, é necessário garanti-los no processo até a sua capacidade de desenvolvimento escolar ofertando-lhes, possibilidades de fatos, para essa promoção que inicia-se no ato da matrícula, e efetiva-se mediante o

acesso desse indivíduo a todos os níveis de ensino sem restrições de recursos materiais, humanos, didáticos, metodológicos acessíveis a sua especificidade.

Fundamenta-se também, a perspectiva de funcionalidade do Atendimento Educacional Especializado, ratificando a escolha do estudo abordado desta temática aqui descrita, na atual Política de Educação Especial na perspectiva de Educação inclusiva, de janeiro de 2008, que destaca o direito de todos os alunos a educação no ensino regular, recebendo-o a partir da necessidade dele. Vivenciam-se ágora inúmeros debates sobre a educação especial, sobre nova configuração assumida pela educação inclusiva no cenário global.

Políticas públicas intensificam por meio de leis, o acesso e permanência de todos na instituições de ensino, sendo discutido que por mais que a Constituição Federal de 1988 legitimasse os direitos sociais, ainda se segregava de forma excludente a educação ofertada a alguns, até o surgimento da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, que vem libertar a escola das amarras excludente da educação tradicional brasileira.

Como ressalta Sasaki (1998).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

O autor por sua vez dialoga sobre o contexto atual da educação inclusiva na perspectiva de acessibilidade ofertada no ensino regular nas áreas pedagógicas, administrativas e físicas, onde os paradigmas, que envolvem essas transformações, ocorrem nas escolas feitas para poucos, com acesso agora para todos, no qual faz parte o AEE.

2.1 CONCEITUANDO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Dentro desse cenário histórico em retrospectiva da educação no Brasil, é notório perceber que ainda existem várias inquietações, sobre a apropriação da prática educativa inclusiva na contemporaneidade brasileira destacando-se o oferecido a pessoas com necessidades especiais inseridos na escola regular na perspectiva do Atendimento Educacional Especializado.

A seguridade do pressuposto está expresso na lei da pessoa com deficiência dentro dos espaços regulares de ensino e assim favorecendo metodologias pedagógicas de funcionalidades que atendam as especificidades desses alunos, onde no artigo 206 da Constituição Federal Brasileira estão elencados os princípios que regem o ensino, tendo como premissa: A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com a educação, garantindo o atendimento especializado as pessoas com deficiência preferencialmente rede regular de ensino (BRASIL, 1994, art. 206).

Diante das informações descritas no documento, e se suma relevância entender que a priori na atualidade, o Atendimento Educacional Especializado, e um serviço prestado a educação especial, sobre sustentação legal atualmente no Decreto de n 6.571; de 17 de setembro e 2008, Constituição Federal de 1988, artigo 208, na LDBEN (art. 58 seguintes), Lei 10.845/2004, Convenção sobre os Direitos da pessoa com Deficiência-ONU 03/2007-ARTIGO 24 – Educação, Convenção da Guatemala/2001.

E toda essa legitimidade do documento, ainda ocorre na perspectiva de funcionalidade do AEE, como afirma a Secretária de Educação Especial, onde a atual Política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, ratifica o direito de todos os alunos a educação no ensino regular, recebendo a partir da necessidade do mesmo atendimento educacional especializado, que é definido pela mesma como: O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine, mas barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Secretaria de Educação Especial. (2008, p.15).

Baseando-se no trecho desse texto, compreende-se a importância das práticas no AEE, por meio destas, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superlotação serão assistidos, considerando no ensino suas necessidades, onde o professor oferta atividades diferenciadas do regular, que trabalhem suas especificidades, construído “uma ponte” de ligação para a aprendizagem desses alunos.

A relação que deve se estabelecer entre os docentes no processo de integração entre a sala regular e sala multifuncional, no que diz respeito às práticas pedagógicas para os educados com necessidades especiais, deverá ressaltar a importância da implementação da mesma, que conta com tantos recursos acessíveis as especificidades da clientela, contribuindo assim, para a sua aprendizagem e participação no regular.

A concepção existente entre a educação especial e educação regular foi-se se desconstruído mediante o surgimento de políticas públicas, onde a mesma ocorre nos espaços regulares de ensino das unidades, integrando o aluno a esse espaço, e principalmente ofertando-lhe o ensino que permita desenvolver suas habilidades sem discrimina-los, em seu tempo, com a implantação de salas multifuncionais dentro desses espaços.

É nítido perceber que a oferta e promoção de ensino a pessoa com deficiência acontece com o atendimento educacional especializado “preferencialmente na rede regular de ensino” demonstrando a importância desse serviço. Diante dessa vertente é importante entender que o atendimento vem para suplementar e complementar o ensino comum como também se destaca no Decreto nº 7.611/ 2011 a seguir: [...] complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011).

De acordo o Decreto, o serviço também deverá contar com a promoção da integração entre professores do AEE e da classe regular para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos, e isso mostra-se como um grande avanço na inclusão dessa clientela com necessidades diferenciadas, com isso promove-se o aprimoramento das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos mesmos com atividades diversificadas.

Ainda segundo este Decreto, são objetivos do Atendimento Educacional Especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011).

Com essa descrição no documento, visa-se estreitar as práticas docentes do ensino na sala comum com a sala que oferta o atendimento educacional especializado de tal forma que o mesmo assuma um caráter de suplementação e complementação da metodologia, alcançando e promovendo as especificidades desse aluno, para que promova a ele, acesso, participação e aprendizagem no ensino regular sem discriminação. E para que isso aconteça de fato como descreve os objetivos do decreto, será necessário acabar com os entraves que distanciam as práticas em “comum e especializada” promovendo a aprendizagem dos alunos, diante disso os professores deverão comungar das mesmas metodologias para promoção e participação do educando.

E por meio destes, também vale ressaltar a implantação das salas de recursos multifuncionais pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial nas redes regulares de ensino instituído por meio da Portaria nº 13 de 24 de abril de 2007, que tem como finalidade a disponibilização de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos, visando apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Pensar em educação inclusiva na dialética da educação especial sem recursos que deem acessibilidade a esses educandos é algo desconexo, os mesmos com necessidades especiais necessitam de recursos que auxiliem sua aprendizagem motivando – os com metodologias significativas que permeiam suas especificidades, onde entende-se com muita precisão a importantíssima oferta das salas de recursos multifuncionais na apropriação da aprendizagem mediante a atender com práticas e atividades com significado real para esses alunos.

O conhecimento dessa importância implica ainda no dilema em que ainda muitas escolas públicas onde tenham esses alunos ainda não disponham dessas salas e desses mobiliários específicos a esses alunos, que por sua vez só ficará a margem dos direitos

que já lhe são assegurados por tantos órgãos mediante as leis vigentes até aqui apresentadas.

A educação na modalidade especial por meio das considerações citadas anteriormente no que diz respeito à integração de docentes que atuam com educandos especiais na classe regular ou classe do AEE nas salas multifuncionais deve buscar efetivar e articular ações pedagógicas que promovam e vençam de fato os entraves ainda existentes na promoção desse serviço para que aconteçam a participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular, apropriando-se assim da educação para inclusão de todos.

Segundo Martins (2008), o processo educativo inclusivo traz implicações para todos os envolvidos e principalmente para os docentes e para as escolas, que devem concentra-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas

Diante desta afirmativa verifica-se mais um entrave na execução do AEE nas redes públicas de ensino, e porque não dizer a mais significativa que é quanto à formação dos docentes que atuam no ensino de educação especial e principalmente nas salas multifuncionais descritas anteriormente. Para que haja a garantia da complementação dessas salas nas escolas públicas para o ensino regular, é muito importante também que haja professores qualificados para atuarem nessas salas e que disponham de conhecimentos das novas tecnologias que fazem parte desses recursos imobiliários delas.

Baseando-se nessa premissa exposta pela autora, o professor assume um papel de mediador do conhecimento e não mero transmissor dele levando o aluno a participar dessa promoção, construindo a aprendizagem. A permanência desse educador no AEE se dará mediante a formação inicial e continua na área que traz consigo conhecimentos específicos que articulam as deficiências apresentadas por cada aluno.

Para Morin, a escola contemporânea visa à educação igualitária a todos sem distinção, não é mais cabível que certas problemáticas ainda permeie o ambiente educacional inclusivo na educação especial colocando a funcionalidade do AEE como ponto ainda a ser questionando na visão humanizada da escola atual. Que também possuem uma função social que assume vínculos essenciais à formação humana, salientando este aspecto, Morin (2001,p.65) afirma que: [...] A educação deve contribuir para a auto formação da pessoa, ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver e

ensinar como se tornar cidadão. Educar é conceder ao outro a possibilidade de sonhar, transcender, superar limites e criar horizontes em relação à sua história e cidadania.

Segundo o autor, compreender a importância do ato de ensinar é algo inserido na prática da docência do professor, por meio desta vertente na educação especial a prática perpassa pelo ato de humanização que ressalta as diversidades e especificidades desses alunos especiais, que no cenário inclusivo vem garantindo e adquirindo direito a educação para todos.

Discorrendo sobre as mesmas concepções sobre os paradigmas quanto à formação dos docentes e a problemática das escolas em ofertar a clientela o ensino regular de qualidade Martins (2008) afirma que:

[...] uma efetiva preparação de profissionais de educação, que proporcione um contínuo desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim, como da necessidade de refletirem constantemente sobre a prática, a fim de modificá-la quando necessário. (MARTINS, 2008, p.20/21).

Para a autora, submergir nas informações levantadas, desperta no indivíduo social o pensar e refletir sobre a educação inclusiva e em todos os dilemas que permeia esse novo cenário social brasileiro, muitos paradigmas rompeu-se a medida que uma nova concepção do papel da escola vem moldando-se na atualidade, paralelamente a essas transformações o professor contemporâneo também sabe de sua importância como mediador do ensino as pessoas com necessidades especiais e que não dá mais para não informa-se sobre essas questões, a inclusão chegou e faz parte da nossa prática e com ela a diversidade de alunado que estarão inseridos na sala de aula sem distinções.

2.2-AS RELAÇÕES FAMILIARES E O AEE.

Sociologicamente a família é vista como um agente primário de socialização da primeira unidade social de um ser humano, psicologicamente, a família é apresentada como o local privilegiado para possibilitar um desenvolvimento saudável para as crianças, oferecendo-lhes segurança e afeto preparando-as para integração na sociedade. (GOMES,1995, p.273). Quando e onde as pessoas aprendem a se comunicar? Em qual instituição as pessoas aprendem os seus referenciais básicos? Com quem as pessoas regras

e limites que normatizam suas vidas? Com quem as pessoas aprendem o que é certo e o que é errado? Todas essas respostas para essas perguntas encontram um denominador comum: as relações familiares.

Historicamente, nos últimos tempos, o grupo familiar vem se transformando, a família vem se modificando estruturalmente, constituindo-se de várias formas, pai, mãe, filho(s); mãe e filhos; pai e filhos; padrasto (madrasta); e filhos adotivos. Contudo mantêm como a principal fonte socializadora para importantes funções educacionais e formadoras, tais como: desenvolvimento intelectual (etapa do desenvolvimento), a transmissão de valores, transmissão de caráter, transmissão de hábitos, transmissão de costumes culturais, transmissão de atitude cívica e políticas, educação sexual, educação sentimental, educação religiosa e os ideais de vida. Entre as modificações que estão ocorrendo nos núcleos familiares, cabe lembrar que além do aumento dos divórcios e separações, o aumento de mulheres exercendo atividades profissionais e sendo chefes de família vem aumentando nos últimos tempos.

E há um número bem considerado de famílias com um dos integrantes com algum tipo de deficiência. E estas famílias, cada uma no seu núcleo, geram sentidos diferenciados para as problemáticas que vivenciam. E a ideia de que os contextos familiares e os processos educacionais estão extremamente interligados, ou seja, o processo de aprendizagem é fortemente influenciado pelos ambientes familiares, onde os exemplos dados pelo pai (figuras que representam os principais modelos para os filhos) e extremamente importante para a educação dos filhos. Portanto no atendimento educacional especializado, torna-se evidente a necessidade de o professor compreender sobre relações familiares e sobre possibilidades de relações ente o sintoma da deficiência e o ambiente familiar onde está inserida a criança.

Segundo Paniagua (2004), em séculos anteriores e até o começo do século XX, as deficiências eram atribuídas a causas orgânicas geradas na família por algum tipo de degeneração moral em algum de seus membros. No passado, essa atribuição foi fonte de vergonha e culpa para muitas famílias, e ainda hoje, muitos pais se sentem extremamente culpados, porque, no fundo, acreditam que o nascimento de um filho com uma deficiência significa algum tipo de castigo. Mas o que se pode afirmar e que ter um filho com deficiência é fonte de preocupação e tensão muito variável em função de características individuais, familiares e sociais. As estratégias que os pais desenvolvem diante a

deficiência de seu filho não seria muito diferente das que empregam em outras situações difíceis.

Tais estratégias se referem a formas de pensar, de agir ou de relacionar-se. Os diferentes estilos dos pais para enfrentar o estresse explicariam o fato de que as famílias em situação aparentemente similares mostram às vezes, graus de adaptação extremamente diferentes. Para os pais compreenderem que os filhos têm uma deficiência é um processo que vai além do conhecimento dos fatos. Como qualquer acontecimento doloroso, a assimilação dessa situação leva um tempo e, em alguns casos, nunca chega a ser compreendida. Há um sentimento de perda quando se tem um filho com deficiência e os pais têm que renunciar expectativas que foram alimentadas durante a gestação: ter um filho ideal e perfeito.

Seligman Hornby (apud PANIAGUA, 2004) descrevem as reações mais frequentes que ocorrem quando os pais constatarem a deficiência até chegar à aceitação:

1- Fase de choque – Ao serem informados que a criança tem uma deficiência, cria-se um bloqueio, um atordoamento geral, que inclusive pode impedir a compreensão das mensagens que estão sendo recebidas. O choque inicial pode durar desde alguns minutos até vários dias. Essa fase não chega a ocorrer, ou é bem mais leve, no caso em que a família já suspeitava a algum tempo da existência de uma alteração ou de um atraso.

2- Negação- Após a profunda perturbação e desorientação inicial, a primeira reação de muitos pais passam por “esquecer” ou ignorar o problema, operando no dia a dia como se nada tivesse acontecido, ou então resistem de forma mais ativa, questionando a capacidade do diagnóstico dos profissionais ou considerando que se trata de um erro.

3- Fase de reação-Depois do choque da negação dos primeiros momentos, os pais vivem uma série de emoções e sentimentos. Embora estes sejam aparentemente desajustados, constituem os primeiros passos inevitáveis para adaptação, sendo necessário expressá-los para atingir as fases mais construtivas. As fases mais frequentes: ansiedade, desapego, sentimento de fracasso, irritação, culpa e depressão.

4- Fase de adaptação e orientação-Depois de sentir com intensidade. A participação efetiva da família no processo de aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento das crianças, frente as suas necessidades. Porém, a pesquisadora concorda com Paulon (2007) ao compreender que o nascimento de um filho com deficiência traz uma série de impasses as relações familiares, seguidas de sentimentos, de frustrações de culpa, de negação do problema, entre outros.

Compreendem, ainda, que esses problemas tenderão a se avolumar caso a família não receba a ajuda necessária para reconhecer seu filho como um sujeito que apresenta diversas possibilidades. A posição da família da criança com necessidades especiais é apontada como um obstáculo no processo de inclusão educacional, quando esta dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades da criança (GODOI, 2006).

Entende-se que a família se constitui em uma das mais importantes instancias que podem corroborar para a inclusão escolar mediante o desenvolvimento de um trabalho coletivo que envolva, nessa ação, tomada de decisões, comprometimento e corresponsabilidade. Quando se fala em coletivo se inclui a presença da família na escola, pois é de extrema importância a relação família-escola, principalmente quando se fala na educação inclusiva, pois não tem como acompanhar um aluno sem parceria com a família, a escola necessita de informações desse aluno para ter um acompanhamento mais abrangente.

O profissional que trabalha na sala de recurso multifuncional precisa identificar e reconhecer as necessidades e habilidades do aluno, estar sempre em contato com a família para que possa orientar em como contribuir e participar da vida de seu filho(a) para que tenha um desenvolvimento significativo, sendo ele dentro ou fora da escola, um deles por vida diária-AVD, como tomar banho, escovar dentes, vestir-se, comprar algo sozinho, etc.

A família é mediadora e ativadora no processo de ensino aprendizagem de maneira que o primeiro espaço social da pessoa é a sua família, no ambiente onde vive a criança constrói valores e referências sejam elas boas ou ruins. Os pais precisam estar conscientes e mobilizados a apoiar e estar em conjunto com a escola para o aprendizado do filho, algo que atrapalha muito o desenvolvimento das habilidades da pessoa com necessidade especial é a superproteção dos pais, de maneira que não contribuirá em nada para o desenvolvimento da autonomia da pessoa. Precisamos do apoio da família para um bom resultado do aprendizado do aluno, mas muitas famílias justificam a ausência por falta de tempo de estar presente em reuniões, em estar acompanhando em tarefas de casa ou atividades de sala de aula, pois o pai trabalha fora e não estar presente todo dia em casa.

A escola se depara com muitas dificuldades e também uma delas é a falta de profissionais qualificados para trabalhar com alunos com necessidades especiais, a clientela que a sala de recurso multifuncional pode atender as pessoas com as seguintes deficiências: deficiência mental, transtornos globais do desenvolvimento, incluindo nesse

grupo alunos com autismo, e síndrome de down, altas habilidades/superdotação, deficiência auditiva, deficiência visual, baixa visão, e deficiência múltipla, tendo uma grande quantidade de deficiências e suas especificidades não é fácil ser um profissional qualificado a dar suporte a todas essas deficiências com precisão, requer muito estudo pesquisa envolto a/as deficiências do aluno e muito diálogo com a família, com a equipe multifuncional (psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, e terapeuta educacional), que na maioria das escolas não possui e o professor de sala de recursos, o professor de sala comum e equipe pedagógica tenta auxiliar no que é possível para que haja um aprendizado.

Diante de todas essas dificuldades e problemas que encontramos destaca-se que a escola ainda não está suficientemente preparada para atender os alunos da educação especial. É um grande desafio para todos fazer se efetivar a escola inclusiva, mas com competência e boa vontade de todos da escola e a família farão algo para todas as crianças com necessidade especial.

Segundo Szymanski (2010), a família tem como responsabilidade o compromisso com a mudança na sociedade e na escola, apresentando uma visão libertária de mundo e repudiando qualquer tipo de preconceito e opressão. É inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola ‘desconstruindo’ a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta.

O aprendizado é um processo que ocorre de forma particular, pois cada indivíduo tem uma forma diferenciada de aprender. Portanto, para que haja algum tipo de sucesso escolar é necessário que a família assuma um papel essencial e indispensável nesse processo, visto que a aprendizagem envolve linguagem, pensamento, afeto e ação. Neste sentido é necessário que estes processos estejam em harmonia. Sobre a diferença de família e escola, Parolin (2010) comenta que: Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição.

A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (2010, p. 99). Observa-se por meio do comentário de Parolin (2010), que cada instituição, seja ela a escola ou a família, possui objetivos específicos na educação de uma criança, onde quanto mais diferentes, mais necessitam

uma da outra.

Sendo

assim cabe toda a sociedade, não só aos setores ligados a educação, transformar através de pequenas ações o cotidiano da escola e da família, a fim de alcançar a compreensão e importância dos objetivos traçados pela instituição de ensino. Já em relação sobre a importância da participação dos pais na escola, Chechia e Andrade (2005) argumentam: Estudo tem demonstrado os efeitos da importância da participação dos pais na escola para o desempenho escolar, mas a participação dos pais não deve ser vista com aquela que assegura o bom desempenho.

O desenvolvimento escolar do aluno é um processo que se acontece na escola com a influência da família; não depende exclusivamente da família. A escola tem suas funções específicas que devem ser enfatizadas para que não se perpetue o discurso ideológico de que o desempenho depende da forma da família agir no contexto escolar do filho (CHECHIA, ANDRADE, 2005, P.2). Em relação a participação educacional, é necessário que a família reconheça que somente a educação escolar não afeta de fato o papel da educação. Entretanto, na maioria das vezes, há uma espécie de transferência de responsabilidades.

Dessa forma se as instituições de ensino permanecem atuando sozinhas, não podem ter possibilidades de educar e ensinar com êxito. Nesse sentido, deve haver então a participação dos pais, pois não cabe somente a escola esse papel. Partindo-se desse princípio, é indispensável que a família assim como a escola ocupa um papel de fundamental importância para o sucesso escolar da criança com necessidades especiais, pois é onde se tem o primeiro contato social, pois é a base da construção do conhecimento.

2.3 UMA ESCOLA PARA TODOS

A ideologia aqui intitulada “uma escola para todos” assume uma nova concepção no século XXI e é instrumento de diversas investigações no âmbito educacional por teóricos renomados no qual suas ideias embasam este artigo. Pensar na educação ofertada nas unidades escolares no início da história dela é perceber que nem todos tinham acesso ao ensino, desta forma a escola não se constituiu para todos, e sim para a elite da época, assumindo um caráter discriminatório. Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso romper com os paradigmas um dia existenciais, que vinculam à escola a marginalização da classe diversificada, como afirma Mantoan (2003).

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas. O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante. (MANTOAN 2003, p.11).

A autora dialoga que a desmistificação da inclusão escolar assumiu uma perspectiva tão inquietante na oferta do ensino a pessoa com necessidade especial, que a promoção deste não se “diferenciará” no que diz respeito à qualidade da oferta e garantia da aprendizagem, ou seja, chega de posturas excludentes na escola de todos, as transformações que hoje vivencia-se nesse cenário, trará um rompimento com o passado obscuro que excluiu essa pessoa, a autora ainda salienta que: A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! (MANTOAN 2003, p. 48).

Com isso Mantoan diz, que as bases da escola para todos constroem-se à medida que os educados vivenciam a inclusão em sala de aula, aprendem a conviver com as diferenças e respeita-las sem distinção, desta forma, molda-se uma sociedade futura sem resquícios de definições de “normal e anormal”, como muitos indivíduos educados na escola do passado, que ainda aliena muitos indivíduos com essa visão.

Paralelamente a concepção da autora Edgar Morin também conclui: A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer quase encontrem. Estes devem reconhecer-se 23 em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano. (MORIN, 2000 p. 47).

A perspectiva do autor é definida na concepção de que a educação inclusiva na escola para todos, partirá do ensino humanizado valorizando a diversidade que é existencial em qualquer sociedade, valendo-se desta vertente a humanização constrói-se mediante ao saber moldado na real aceitação das pessoas com necessidades especiais, a começar informalmente na família e depois formalmente na escola.

A integração do educando especial com os demais nas unidades escolares, permiti que ambos se situem nas novas relações inclusivas que se constrói na sociedade dialética, ressaltando as diferenças que se estabelecem nas condições humanas já existentes sem

espanto a diversidade. Ainda segundo o autor os sete saberes que a escola necessita para garantir uma educação do futuro voltada a todos se culmina no entendimento do outro, ou seja, quando haver a compreensão entre a condição dos indivíduos, conscientiza-se também o entendimento acerca da complexidade humana.

Onde o pensamento inclusivo dialoga na esfera educacional apoia-se na reforma institucional da escola ainda hoje na contemporaneidade, incorporando assim a efetivação do para “todos”, que perpassa das paredes físicas dela, chegando às barreiras sociais na promoção e valorização do ensino igualitário. Ainda há muito a se fazer para que a escola se torne um espaço que oportunizem o ensino igualitário a todos os educandos, porém as políticas públicas e leis vigentes caminham rumo a reformulação de práticas pedagógicas que transforme a escola no espaço de democratização da inclusão, rompendo de uma vez por todas com os moldes elitistas que fundamentaram a mesma.

O processo educacional para todos não acontece isoladamente, é necessário o envolvimento de vários setores sociais, isto implica situar a escola em contextos históricos que perpassam por várias transformações ao longo dos anos, que também eclodiam no âmbito educacional. Mantoan (2000) a respeito desta perspectiva diz: [...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos sem grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial.

As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (MANTOAN 2000, p. 7-8).

A autora define com exatidão no texto a escola que é aberta a diversidade, que propaga o respeito mútuo construído da integração das diferenças, que até então estavam a margem desse espaço. Na concepção aqui exposta apresenta-se o modelo de escola que deve ser adotada, pois refere-se a tão sonhada e idealizada escola para todos, com um ambiente acolhedor e igualitário a todos que promovam aprendizagem. E no tange a promoção da educação a pessoa com necessidades especiais nos espaços regulares de ensino, a mesma estará vinculada a oferta da Educação Educacional Especializado, para

que sejam efetivadas práticas pedagógicas significativas e de qualidade, rompendo com os paradigmas que ainda existentes no ato das funcionalidades do mesmo.

E para que tudo isso ocorra na esfera educacional brasileira e preciso que o educador também se sinta agente de transformação que vai do micro ao macro nos paradigmas inclusivo, colaborando com sua preparação profissional para atender o alunado especial, tornado a sala de aula onde eles estão inseridos os mais acessíveis possíveis. Ainda segundo Mantoan, (2000) a escola de todos pressupõe a propagação de informações acerca das diferenças e especificidades dos alunos especiais, buscando priorizar a inclusão para a vida social, a ignorância que permeia o desconhecimento dessas especificidades não pode fazer parte do ambiente escolar que visa a melhor qualidade de vida e exercício da cidadania dessas pessoas, que por sua vez assumem o seu espaço na sociedade democrática, sem distorções do que lhes é assegurado por leis.

As lutas travadas no cenário inclusivo para a propagação e concretização da igualdade no cenário educacional, estão centralizada no caráter de como o ensino foi ofertado para essas pessoas em espaços públicos ou privados. Desta forma a escola igualitária deve romper com os dogmas de exclusão e segregação existente aos primórdios e vincular-se ao sucesso da inclusão com pessoa com necessidades especiais na escola regular. E parte deste sucesso ocorrera para Mantoan e Edgar Morin, com as práticas pedagógicas voltadas a todos os alunos inseridos na sala de aula comum promovendo atividades que promovam acessibilidade, a escola que inclui deve estar preparada para receber todos os alunos como garante a constituição, contudo infelizmente ainda as escolas e educadores que não estão preparados para essa realidade. A inclusão nos espaços escolares, que promova a escola para todos, não é algo que esta imposta de forma autoritária, mais sim, constituída em um novo modo de pensar, de forma crítica, valorizando as diferenças, onde a mesma e o meio pelo qual se aperfeiçoará a escola ofertada, que beneficia todos os alunos, com e sem necessidades especiais. E para que construa essa nova forma de pensar, ela ainda dialoga que e preciso a participação de todos os inseridos no processo família, sociedades, professores, gestores, entre outros, a escola de todos molda-se com muito estudo, trabalho e dedicação, forjada com muita luta e que não discrimina, mais sim acolhe, assegurando o ensino de qualidade para todos. Onde, segundo Mantoan, (1988): Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão muitas vezes na centralização do obvio, do simples, do que é preciso fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos

e aceitos sem outras resistências, se não aquelas que dão brilho e vigor ao debate ao debate das novidades. (MANTOAN, 2003; P.23). Todavia, para a autora, para que a escola de todos se incorpore nas unidades escolares brasileiras cabe o envolvimento de fato, de todos os presentes no processo, indiretamente ou diretamente, compreendendo a sua ação transformadora do que já é conhecido por muitos, e concretizadas com ações pela minoria, engajada em promover o pensamento inclusivo em nossas escolas. Enfim, colaborando desta forma consciente, com mais incentivos em formações continuada para os docentes que necessitam tanto se aperfeiçoarem para se tornarem também facilitadores da inclusão escola, bem como a integração dos mesmos visando práticas pedagógicas significativas para o processo. Oxalá assim vivenciar a escola para todos na “era inclusiva”.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENQUANTO PROMOTORA DO AEE

Os dados abordados dentro de uma perspectiva dialética baseiam-se no real cenário da educação inclusiva brasileira que vem estabelecendo-se ao longo dos anos na história da educação especial, a partir do uso do método bibliográfico, fez-se as análises e discussões das informações coletada durante o artigo. Referente a esta vertente Mantoan(2003) afirma: A escola inclusiva brasileira tem sólidas fundações, na lei, no vanguardismo dos que se dispuseram expandi-la, verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformá-la, para se adequar ao nosso tempo. Eles estão se multiplicando e surpreendendo, demonstrando a força desta ideia poderosa – que depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola comum para se adequar aos novos tempos ‘’(MANTOAN, 2003).

Segundo a autora, a escola inclusiva estabelece-se no Brasil de forma sólida e amparada pela lei, com tudo implicitamente percebe-se que a execução das práticas inclusiva dentro da escola começou ampliar-se de forma lenta e moderada. Agora na atualidade os serviços de promoção para inclusão de educandos na sala regular de ensino é uma verdade presente no contexto escolar. Porém discutir sobre os entraves ainda existentes na oferta destes serviços, a destacar o atendimento educacional especializado hoje presente no ensino comum é algo desafiador que implica no reconhecimento que não há um só responsável, imbuído na garantia da prestação dele qualitativamente. Dialogando sobre essa verdade a autora, Eugenia Augusta Gonzaga em sua obra intitulada

AEE: Contribuições Legais e Pedagógicas, aponta algumas das principais inquietações referentes a oferta deste serviço, tanto na área legal como também na área pedagógica, fazendo-se assim necessário a análise de suas inquietações, bem como de outros teóricos que preocupam-se em desvendar tais problemáticas que permeiam a educação de educandos especiais na sala comum de ensino.

É sabido que, a educação moldada dos primórdios da história educacional brasileira diferencia-se em muito com a proposta de inclusão contemporânea que está explícita na história como um lugar de todos. Mantoan (2006) define que, a escola do futuro devesse romper com as amarras distanciam os alunos com especificidades diferentes dos demais, isso implica na valorização de fato da diversidade, exaltando as diferenças, onde o educador será motivado a recuperar a confiança de atuação frente a todos os alunos sem exclusão.

Em decorrer desta realidade, a escola assume o papel de transformar-se e adequar-se para receber esses educandos, ofertando-lhe ensino de qualidade e igualitário, contudo que atendam às suas especificidades. Para isso será necessário combater as problemáticas existentes que não permite que o A.E.E. execute seu serviço com qualidade nas escolas comum. A resolução de n.2/2001 no seu Art.2 recomenda: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos e educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Para que a promoção do A.E.E seja de qualidade faz-se necessário, entender a relevância do tema investigado assume uma visão importante dentro da educação inclusiva, quando por meio desta vertente procurou-se analisar quais os entraves ainda existente na educação inclusiva durante a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos especiais na rede regular de ensino.

Dialogar sobre tal inquietação permite levantar algumas hipóteses em torno da temática, como a integração de professores do A.E.E e da classe comum de ensino precisa acontecer sem restrições, pois favorece a definições de estratégias pedagógicas que promovem a aprendizagem ofertada nos serviços aos educandos especiais. A respeito dessa dialética Bedaque (2014) afirma:

As condições singulares de cada escola e os contextos vivenciados pelos educadores os desafiam a se reorganizarem, a mudarem concepções, posturas e a promoverem ações pedagógicas que permitam criar e recriar o modelo educativo escolar, considerando todas as possibilidades de ser e de aprender de seus alunos. Portanto,

a interação do professor do AEE e do professor de sala regular requer ações em conjunto, tendo como elemento essencial à criatividade na perspectiva de um trabalho coletivo consciente. (BEDAQUE, 2014; p. 66).

Com base nesse pressuposto, acredita-se que a nova relação entre os docentes que faz parte desse novo cenário de educação inclusiva na educação especial deverá ser efetivada, com suplementação e complementação no ensino comum, por meio das atividades desenvolvidas no A.E.E, que é objetivo central da proposta estabelecida dele, ambos os educadores necessitam trabalharem em conjuntos com práticas colaborativas, eficaz e acessíveis para que a aprendizagem desses alunos aconteça.

O aperfeiçoamento continuado do educador que atua no A.E.E frente as especificidades dos alunos é algo também importantíssimo no processo de inclusão desses alunos e deve acontecer intensivamente. Martim (2009, p. 74) afirma que:

[...] a formação de professores deve ser percebida como uma continua, como um processo que, embora constituído por fases diversas, possui uma conexão profunda. O acesso ao ensino nas salas de AEE requer do educador que atua na mesma, uma formação contínua e que desenvolva as especificidades dos educandos atendidos, oportunizar cursos de formações a esses docentes ainda é um desafio que aos poucos vem superando-se, pois implica na motivação do educador frente os novos paradigmas educacionais que se estabelecem, bem como na concretização de políticas que intensifiquem o aperfeiçoamento desses novos conhecimentos inclusivos.

Martins ainda ressalta (2009):

É o professor que pode suscitar oportunidades para que os alunos independentemente de suas condições – tenham uma participação ativa, sejam capazes de interagir com o ambiente à sua volta e com as pessoas, de pensar, de expressar ideias, de pesquisar e de se posicionar de maneira criativa diante do conhecimento. (MARTINS 2009, p. 75).

Nesse sentido, a autora defende que a oferta de oportunidades desses alunos dar-se-ia pelas condições acessíveis, com práticas e recursos que ampliem o desenvolvimento, participação e interação deles, onde o professor será esse facilitador.

Diante deste contexto, suscita-se também a identificação de que as salas de recursos multifuncionais darão um suporte de materiais didáticos e pedagógicos específicos a todos os educandos atendidos, promovendo condições de acesso, participação e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido perceber que para os teóricos mencionados neste artigo que comungam a ideologia que se pauta na afirmativa de que há muito se fazer para que a educação inclusiva rompa com os paradigmas existentes ainda na contemporaneidade para sua efetivação. Isso não implica, salientar os movimentos ideológicos que vem construindo-se ao longo dos anos referente a temática e os avanços significativos que trouxeram para sociedade.

Avanços esses, que embora ocorreram na sociedade, ainda trazem consigo marcas de um modelo educacional histórico excludente e de segregação a pessoa com necessidades especiais tão árduo de se apagar. A luta pela libertação do pensamento inclusivo social e escolar molda-se freneticamente no psiquismo humano, cabendo ao mesmo transformar suas funções elementares em superiores na dialética inclusiva.

Percebe-se, pela fala dos autores aqui pesquisados, que ainda há alguns entraves na promoção do atendimento educacional especializando, na efetivação da educação inclusiva, desta forma a escola não se torna um lugar para todos nas unidades regulares brasileiras em que o serviço é disponibilizado.

Compreender a dialética de funcionamento dele nas escolas brasileiras é algo desafiador, reflexivo e de suma importância para a contextualização do assunto, onde nesta perspectiva a teórica acredita que todas as leis existentes que amparam a pessoa com necessidades especiais, serão vivenciadas na íntegra no futuro não tão longínquo. Percebeu-se que ainda existem entraves presentes na oferta do AEE que necessitam serem superados, e isso ocorrerá inicialmente a parti da especialização por meio de formação continuada dos docentes que atuam no serviço.

Não basta só disponibilizar salas de recursos multifuncionais, integração do docente do AEE com o da sala comum, se o educador do atendimento não ter competência para a prática, ela se torna vazia e sem resultados significativos.

REFERÊNCIAS

- BEDAQUE. **Por uma prática colaborativa**. Natal, RN: SADEP, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988.
- BRASIL. Decreto 6.571 de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2009.
- CHECHIA, Valeria Aparecida; ANDRADE, Antonio dos Santos. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Rev. Estudos Psicológicos**, Natal, v 10, n 3, Dez. 2005. Disponível: <http://www.scielo.br>. Acesso: 07 de outubro de 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.
- MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et all. **Inclusão. Compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MORIN; Edgar (2000). **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 8ª Edição - UNESCO. Cortez Editora, edição Brasileira, São Paulo.
- PANIAGUA, G. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL,C; MARCHESE, A.; PALACIOS, J.(orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e educação- transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**, Vol.3. Porto Alegre: Artmed, p.330-346, 2004.
- PAROLIM, Isabel. **Professores Formadores: a relação entre a família, escola e a aprendizagem**. 2 ed. São Jose dos Campos. Pulso Editorial, 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SILVA, Rosana A. Da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira: das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã**. Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização Latu Sensu “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo, 2003.

SZYMANSKI, H. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. In: **Revista Brasileira de Crescimento de Desenvolvimento Humano**, 4, 1994, p.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.